



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1000504-52.2014.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Execução de Título Extrajudicial - Espécies de Contratos**
 Exequente: **João Batista de Oliveira**
 Executado: **Colégio Vincere Ensino Médio e Fundamental LTDA EPP e outros**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

DECIDO.

Trata-se de execução fundada em contrato de locação, buscando o exequente o recebimento de importâncias que especificou.

Conheço de início a "contestação" de fls. 39/41 como embargos à execução, considerados os princípios informadores do Juizado Especial Cível.

A embargante impugnou somente as verbas postuladas para ressarcimento de gastos decorrentes do consumo de energia elétrica, bem como o montante da multa cobrada.

Não lhe assiste razão no particular, porém.

Quanto à despesa de energia elétrica, é incontroverso que o contrato de locação em apreço teve início em janeiro de 2013 (fl. 07, cláusula 2ª), ao passo que a dívida a esse título, conquanto apurada em 04/09/2013 (fl. 13, último parágrafo), teve como termo inicial o mês de dezembro de 2012 (fl. 14, último parágrafo).

Há quase completa coincidência entre os marcos temporais e ainda que a embargante não tenha perpetrado a irregularidade que rendeu ensejo ao TOI por parte da CPFL no mínimo se beneficiou dela.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

Haverá por isso de responder pela importância indicada a fl. 15, primeiro parágrafo.

De igual modo, não assiste razão à embargante quanto impugna a multa cobrada pelo embargado, pois ela tem fulcro nas cláusulas 12ª e 13ª do contrato celebrado (fl. 09).

A conclusão que daí decorre é a de que não prospera a irrisignação da embargante, mas há um aspecto que milita em desfavor do embargado.

O pedido contemplou R\$ 2.389,00 por conta de honorários advocatícios, mas verba de tal natureza não tem incidência nesta sede (art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95).

Nem se diga que a importância tem origem em cláusula contratual e não concerne a verba de sucumbência porque em última análise o reconhecimento de sua cobrança implicaria afronta às avessas ao aludido preceito legal.

Isto posto, **JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTES** os embargos para o fim de determinar a sequência da execução pelo valor de R\$ 11.945,01 à data de sua propositura.

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

Oportunamente, prossiga-se na execução, ficando desde já deferido o pedido de fl. 68 e determinada a expedição de carta precatória para implementação da medida postulada.

P.R.I.

São Carlos, 05 de agosto de 2014.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**